

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Cemig Geração Camargos S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias ..	10
BALANÇOS PATRIMONIAIS	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	13
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	14
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	16
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	17
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	17
2. BASE DE PREPARAÇÃO	18
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	21
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	22
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	22
6. IMOBILIZADO	23
7. INTANGÍVEL	24
8. FORNECEDORES.....	25
9. PROVISÕES.....	25
10. TRIBUTOS.....	25
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26
12. RECEITA.....	27
13. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	28
14. CUSTOS GERENCIÁVEIS	29
15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	29
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	30
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	32
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	34
19. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	37
TERMO DE RESPONSABILIDADE	42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Camargos S.A. (“Companhia” ou “Camargos”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A CEMIG GERAÇÃO CAMARGOS

A Cemig Geração Camargos S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Capacidade instalada

Central Gerada	Capacidade instalada (MW)
Camargos	46

Parque Gerador – Características Físicas

Usina	Potência Total (MW)	Garantia Física Total (MW)	Tipo de Usina	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
UHE Camargos	46	21,60	UHE	1960	03/01/2053

Garantia Física realizada e esperada

Usina	2023 Realizado	2024 Realizado	2025	2026	2027	2028	2029
UHE Camargos	6,48	6,48	6,48	6,48	6,48	6,48	6,48

Modelo de negócio e condições no ACR

Usina	Modelo de Negócio em 01/Jan/2024	Preço no ACR em 01/Jan/2024	Data e índice de reajuste no ACR
Integral			
UHE Camargos	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 34.866 mil	(1)

(1) Reajuste pelo IPCA em ocorreu em julho de 2024, atualização dos custos de transmissão em julho de 2024. Conforme Edital do leilão após primeiro ano 70% da energia comercializada em regime de cotas de garantia física e 30% da energia comercializada livremente pelo detentor da concessão. Dessa forma a RAG representa apenas a parcela Regulada da receita (70% da energia, sendo os demais 30% de livre dispor de cada usina).

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, era de R\$113.499 mil, subscrito e integralizado, dividido em 113.499.102 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2024, a hidrologia verificada voltou a ficar próxima das piores já observadas na história, considerando o período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluente (ENA) ficou em 76% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (69% MLT), Nordeste (57% MLT) e Norte (67% MLT) foram os mais impactados. A região Sul apresentou uma hidrologia elevada, de 133% MLT, oriunda do efeito do fenômeno EL Niño durante o primeiro semestre de 2024. Apesar do cenário hidrológico bastante adverso, o armazenamento se manteve ao longo do ano em um patamar elevado frente aos últimos anos de baixa hidrologia. No final do período úmido (abril) o armazenamento estava em 75% no SIN, junto ao grupo de anos de maior armazenamento. No ponto mais baixo o armazenamento não ultrapassou 44%. Esse efeito ocorre pela sobre-oferta de energia do sistema e as restrições hidráulicas estabelecidas pelo ONS/ANA. O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2024 teve dois momentos distintos. No primeiro semestre os PLDs ficaram próximos ao mínimo regulatório (R\$61,07/MWh), já no segundo semestre, apesar do bom armazenamento, os preços apresentaram forte elevação dado a baixa hidrologia verificada e chegaram a R\$480/MWh em outubro. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,87, sendo o maior verificado em abril (1,04) e o menor em setembro (0,73).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 23 de abril de 2024, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2024 a fevereiro de 2025. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 7,56% (7,26% em 2023).

Em 27 de março de 2025, foi publicado pela ANEEL o WACC de 7,91%, vigente no período de março de 2025 a fevereiro de 2026 para o segmento de geração.

INVESTIMENTOS

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Cemig Geração Camargos S.A., realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a

disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2024, a companhia investiu R\$2.397 mil, desse montante destaca-se a aquisição Sistema de notificação em massa (PAE).

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado do exercício

A Companhia apresentou, no exercício de 2024, resultado regulatório de R\$34.874 mil, em comparação a R\$35.156 mil no exercício de 2023.

Receita

A Cemig Geração Camargos S.A. é concessionária de geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Camargos, conforme o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão nº 11/2016 – ME – UHE Camargos, celebrado em 9 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

Fornecimento bruto de energia elétrica

A Cemig Geração Camargos S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A receita reconhecida em 2024 foi de R\$54.355 mil, comparada a R\$53.057 mil em 2023.

A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando das distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$11.953 mil em 2024 (R\$13.449 mil em 2023), dos quais R\$944 mil referem-se aos custos não gerenciáveis (R\$1.048 mil em 2023) e R\$11.009 mil referem-se aos custos gerenciáveis (R\$12.401 mil em 2023). A variação nos custos não gerenciáveis deve-se, principalmente, à redução dos custos com compra de energia elétrica para revenda.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$2.415 mil referente a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 6,48% em relação ao Resultado de R\$37.289 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2023, a Companhia apurou o montante de R\$3.639 mil referente a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 9,38% em relação ao Resultado de R\$38.795 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2024, o LAJIDA foi de R\$39.792 mil, comparado a R\$37.191 mil em 2023. A margem do LAJIDA foi de 83,78% em 2024 (80,15% em 2023), conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023	Var. %
Resultado regulatório	34.874	35.156	(0,80)
Despesa com IR e CS	2.415	3.639	(33,64)
Resultado financeiro	(1.748)	(5.845)	(70,09)
Amortização e depreciação	4.251	4.241	0,24
LAJIDA	39.792	37.191	6,99

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades

são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

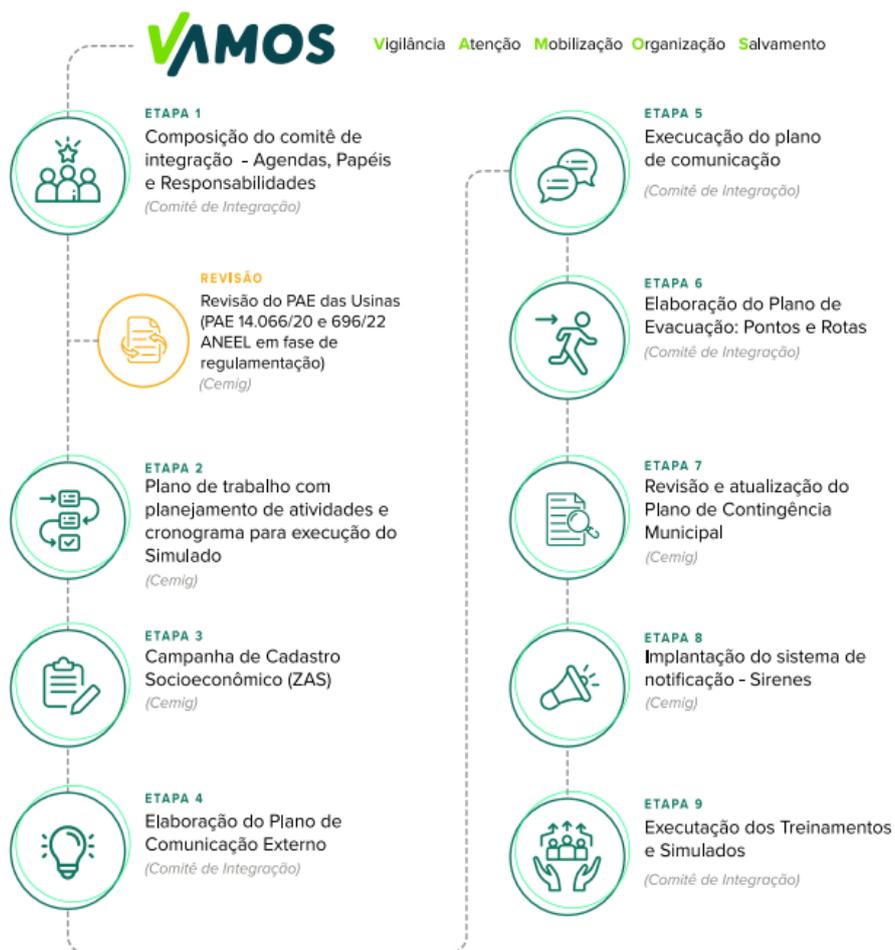
Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação; Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2024, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2024 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2024, foram executados:

- 07 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Tronqueiras e Poço Fundo e para as UHEs: Nova Ponte, Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), Cajuru, Salto Grande, Itutinga/Camargos, envolvendo 11 municípios envolvendo cerca 600 pessoas;
- 14 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado;
- 14 Relatórios de Revisão e Atualização dos PLANCONS-Planos de Contingência Municipais para municípios da ZAS das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado para 23 municípios;
- 20 Simulados Restritos/Individuais executados em 28 Pontos de Encontro nas ZAS das UHEs: Machado Mineiro, Irapé, Teodomiro Carneiro Santiago (Emborcação) e Três Marias envolvendo cerca de 200 pessoas evacuadas em 07 municípios.

Ainda em 2024, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Nova Ponte, Irapé e Queimado. Os eventos contaram com a participação de cerca de 128 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Cívicas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Camargos é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Geração Camargos S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Geração Camargos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cemig Geração Camargos S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Camargos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cemig Geração Camargos S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Cemig Geração Camargos S.A preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de junho de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos Auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	573	1.678
Investimentos temporários	4	1.202	3.369
Consumidores e revendedores	5	4.381	4.523
Tributos compensáveis		11	10
Outros créditos		18	23
TOTAL DO CIRCULANTE		6.185	9.603
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos temporários	4	453	-
Tributos compensáveis		478	414
Imobilizado	6	5.334	3.055
Intangível	7	87.377	91.432
Direito de uso		283	423
Outros créditos		63	96
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		93.988	95.420
ATIVO TOTAL		100.173	105.023

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	3.193	1.268
Encargos setoriais		275	527
Impostos, taxas e contribuições		630	534
Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	306	1.239
Dividendos		20.965	20.532
Convênio de compartilhamento		241	306
Passivo de arrendamento		94	96
Outros passivos		-	23
TOTAL DO CIRCULANTE		25.704	24.525
NÃO CIRCULANTE			
Encargos setoriais		578	59
Impostos, taxas e contribuições		1.325	1.114
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.268	1.117
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		-	155
Passivo de arrendamento		214	343
Outros passivos		-	3
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.385	2.791
TOTAL DO PASSIVO		29.089	27.316
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11	113.499	113.499
Prejuízos acumulados		(42.415)	(35.792)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.084	77.707
PASSIVO TOTAL		100.173	105.023

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		2024	2023
RECEITA BRUTA	12a	54.355	53.057
Fornecimento Industrial		17.626	16.813
Fornecimento não Faturado Industrial		1.181	1.414
Suprimento Cotas - Geração própria		36.155	25.945
Suprimento não faturado - Cotas - Geração própria		(1.270)	(1.320)
Transações com Energia na CCEE		508	599
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		155	9.606
TRIBUTOS	12b	(5.259)	(5.017)
PIS/Pasep		(367)	(344)
Cofins		(1.695)	(1.590)
ICMS		(3.197)	(3.083)
ENCARGOS – PARCELA “A”	12b	(1.602)	(1.641)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(133)	(127)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		(189)	(162)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE		(95)	(81)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(144)	(55)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(984)	(1.181)
CDE sobre P&D		(57)	(35)
RECEITA LÍQUIDA	12	47.494	46.399
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – PARCELA “A”	13	(944)	(1.048)
Encargos de uso da rede de distribuição		(311)	(1.004)
Energia elétrica comprada para revenda		(633)	(44)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		46.550	45.351
CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”		(11.009)	(12.401)
Pessoal e administradores	14a	(743)	(719)
Materiais		(183)	(169)
Serviços de terceiros	14b	(5.746)	(7.185)
Depreciação		(4.168)	(4.173)
Amortização do direito de uso		(83)	(68)
Outros custos operacionais		(86)	(87)
RESULTADO DA ATIVIDADE		35.541	32.950
Resultado financeiro	15	1.748	5.845
Receitas financeiras		1.825	5.913
Despesas financeiras		(77)	(68)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		37.289	38.795
Despesa com tributos sobre o lucro	16	(2.415)	(3.639)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		34.874	35.156

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	34.874	35.156
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	34.874	35.156

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	113.499	-	(13.658)	99.841
Resultado do exercício	-	-	35.156	35.156
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	(36.758)	-	(36.758)
Outras mutações no Patrimônio Líquido:				
Dividendos obrigatórios	-	-	(20.532)	(20.532)
Dividendos adicionais propostos	-	20.532	(20.532)	-
Absorção de prejuízos regulatórios	-	14.065	(14.065)	-
Constituição de reservas:				
Reserva legal	-	2.161	(2.161)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	113.499	-	(35.792)	77.707
Resultado do exercício	-	-	34.874	34.874
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	(20.532)	-	(20.532)
Outras mutações no Patrimônio Líquido:				
Dividendos obrigatórios	-	-	(20.965)	(20.965)
Dividendos adicionais propostos	-	20.965	(20.965)	-
Absorção de prejuízos regulatórios	-	(2.642)	2.642	-
Constituição de reservas:				
Reserva legal	-	2.209	(2.209)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	113.499	-	(42.415)	71.084

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	34.874	35.156
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Notas 6 e 7)	4.168	4.173
Amortização do direito de uso	83	68
Tributos corrente e diferidos	2.415	3.639
Juros passivo de arrendamento	24	26
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	(155)	(9.606)
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	-	(74)
Rendas de aplicações financeiras	(1.770)	(5.608)
	39.639	27.774
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores	142	(233)
Serviços em curso	-	630
Tributos compensáveis	(457)	(965)
Outros créditos	95	(396)
	(220)	(964)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	1.925	405
Impostos, Taxas e Contribuições	307	263
Encargos setoriais	267	(510)
Convênio de compartilhamento	(65)	1
Outros obrigações	(108)	398
	2.326	557
Caixa gerado nas atividades operacionais	41.745	27.367
Imposto renda e contribuição social pagos	(2.805)	(1.829)
Juros Recebidos	1.754	5.579
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	40.694	31.117
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em investimentos temporários		
Aplicações Em Títulos e Valores Mobiliários	(42.315)	(31.750)
Resgates Em Títulos e Valores Mobiliários	44.047	55.622
No imobilizado	(2.391)	(29)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(659)	23.843
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(41.064)	(57.940)
Arrendamentos pagos	(76)	(59)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(41.140)	(57.999)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.105)	(3.039)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	1.678	4.717
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	573	1.678
	(1.105)	(3.039)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Camargos S.A (“Companhia” ou “Camargos”), sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.844/2016, formalizando a transferência da concessão da UHE Camargos da Cemig GT para a Cemig Geração Camargos S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 11/2016 – MME, ocorrida em 09 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A UHE Camargos possui 46 MW de potência instalada e 21,6 MW médios de Garantia Física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Camargos, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.225, de 18/07/2023. Cerca de 30% da garantia física da Companhia foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a UHE Camargos, o prazo de extensão foi o máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias), com novo fim da concessão previsto para 01/2053. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R\$19.519 (R\$14.922 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e avalia medidas para ajustar sua situação patrimonial conforme necessário. A Companhia tem um histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade, conforme apresentado nas Demonstrações dos resultados e nas Demonstrações dos fluxos de caixa.

A Companhia estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais sejam suficientes para atender às necessidades de capital de giro, os investimentos e outras necessidades de caixa pelo menos para os próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos disponíveis nas instituições financeiras com as quais opera.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras regulatórias distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença

de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 30 de junho de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 7 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 12– Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 18 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são registrados, inicialmente, pelo custo incorridos na data da aquisição ou formação. São avaliados pelo Valor Novo de Reposição – VNR e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de transmissão de energia elétrica.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

Nas demonstrações financeiras societárias, os saldos do Imobilizado, são registrados no ativo de contrato, sendo reclassificados para o Imobilizado para fins das demonstrações contábeis regulatórias. Os valores correspondentes à depreciação nas demonstrações contábeis regulatórias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações societárias a realização do ativo do contrato ocorre no recebimento da receita.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxa média a.a (%)		2024	2023
		2024	2023		
Contas bancárias				37	25
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários	CDI	-	99	-	119
Overnight (1)	Pré-fixada	11,91 a 12,15	11,42 a 11,65	536	1.534
TOTAL				573	1.678

- (1) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a (%)		2024	2023
		2024	2023		
Circulante					
Certificado de Depósitos Bancários	CDI	-	103 a 104,3	-	322
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,2 a 112,0	108,6 a 111,98	940	2.076
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	12,41 a 12,45	11,83 a 11,85	243	936
Fundos vinculados				1	1
Debêntures	TR+CDI	TR + 1 a 122,9	TR+1 a 118,69	18	34
				1.202	3.369
Não circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,2 a 112,0	108,6 a 111,98	453	-
				453	-
				1.655	3.369

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Descrição	Valores correntes		Total 2024	Total 2023
	Corrente a vencer			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias		
Fornecimento de energia	1.169	-	1.169	1.407
Industrial	-	-	-	1.407
Fornecimento não faturado	1.181	-	1.181	-
(-) Arrecad. Processo Classif.	(12)	-	(12)	-
Suprimento energia – Moeda nacional	94	-	94	142
Suprimento/ Encargo rede não faturado	3.118	-	3.118	2.975
TOTAL	4.381	-	4.381	4.523

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

6. IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2024			2023		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Geração		2.996	(456)	2.540	2.975	(344)	2.631
Custo histórico	3,77	2.996	(456)	2.540	2.975	(344)	2.631
Em curso							
Ativos em curso		2.794	-	2.794	424	-	424
TOTAL AIS + AIC		5.790	(456)	5.334	3.399	(344)	3.055

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2023	Adição (A)	Transferências/ Capitalizações (c)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A) + (C)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Em Serviço - Geração								
Máquinas e equipamentos	2.846	-	21	2.867	21	(441)	2.426	2.512
Edificações, obras civis e benfeitorias	129	-	-	129	-	(15)	114	119
Subtotal	2.975	-	21	2.996	21	(456)	2.540	2.631
Em Curso - Geração								
Máquinas e equipamentos e outros (1)	124	2.391	(21)	2.494	2.370	-	2.494	124
Edificações, obras civis e benfeitorias	300	-	-	300	-	-	300	300
Subtotal	424	2.391	(21)	2.794	2.370	-	2.794	424
Total do ativo Imobilizado	3.399	2.391	-	5.790	2.391	(456)	5.334	3.055

(1) O saldo referente à adição de R\$ 1.723 em máquinas e equipamentos e R\$668 em outros.

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

	Materiais/ equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Máquinas e equipamentos	1.723	668	2.391
Total das adições	1.723	668	2.391

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL na Resolução Normativa nº 674/15. A taxa média de depreciação em 2024 é de 3,77% (3,58% em 2023).

Os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Os bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, possuem autorização prévia da ANEEL para desvinculação, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

7. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2024			2023		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Geração		118.667	(31.290)	87.377	118.667	(27.235)	91.432
Bonificação pela outorga	3,44	109.208	(30.254)	78.954	109.208	(26.495)	82.713
Extensão da concessão	3,13	9.459	(1.036)	8.423	9.459	(740)	8.719
Total do Ativo Intangível		118.667	(31.290)	87.377	118.667	(27.235)	91.432

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2023	Adição (A)	Valor bruto em 31/12/2024	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço						
Geração	118.667	-	118.667	(31.290)	87.377	91.432
Bonificação pela outorga	109.208	-	109.208	(30.254)	78.954	82.713
Extensão da concessão	9.459	-	9.459	(1.036)	8.423	8.719
Total do Ativo Intangível	118.667	-	118.667	(31.290)	87.377	91.432

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Intangível	5		5
Total das Adições Intangível	5	-	5

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Camargos	9.459			
Cemig Geração Camargos	9.459	05/01/2046	7	03/01/2053

8. FORNECEDORES

	2024	2023
Suprimento e transporte de energia	26	50
Materiais e serviços	3.167	1.218
TOTAL	3.193	1.268

Os materiais e serviços apresentados compreendem, principalmente, mão de obra e materiais para manutenção e conservação das PCHs.

9. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ação de natureza patrimonial, que discute a reintegração de posse de áreas destinadas à construção do reservatório da UHE Camargos, no montante de R\$14 (R\$13 em 31 de dezembro de 2023), cuja contingência de perda é possível. Adicionalmente, em 31 dezembro 2024 não há processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

10. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições sociais

	2024	2023
Passivo		
ICMS	288	248
Cofins	1.257	1.036
PIS/Pasep	236	224
INSS	127	102
Outros	47	38
TOTAL	1.955	1.648
Circulante	630	534
Não Circulante	1.325	1.114

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2024	2023
Circulante		
Imposto de renda	153	689
Contribuição social	153	550
	306	1.239

c) Imposto de Renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Não circulante		
Imposto de renda	839	741
Contribuição social	429	376
	1.268	1.117

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia era de R\$113.499, subscrito e integralizado, dividido em 113.499.102 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Reservas

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2024	2023
Reserva legal	15.892	13.683
Reserva de retenção de lucros	20.965	20.532
Absorção de prejuízos regulatórios	(36.857)	(34.215)
Total	-	-

Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.209 de Reserva Legal em 31 de dezembro 2024, correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na legislação. (R\$2.161 em 2023).

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido societário do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2024	2023
Dividendos obrigatórios		
Resultado societário do exercício	44.139	43.225
Reserva legal constituída	(2.209)	(2.161)
	41.930	41.064
Dividendo obrigatório	20.965	20.532
Dividendos obrigatórios	20.965	20.532
Dividendos adicionais propostos	20.965	20.532
Total dos dividendos	41.930	41.064

Destinação do Resultado de 2024 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada em 2025 que, a seguinte proposta de destinação de resultado societário do exercício de 2024, no montante de R\$44.139 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.209 mil para constituição de reserva legal;
- R\$20.965 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$20.965 mil para pagamento de dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2025, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

12. RECEITA

	2024	2023
Fornecimento Industrial	17.626	16.813
Fornecimento não faturado - Industrial	1.181	1.414
Suprimento cotas - Geração própria	36.155	25.945
Suprimento não faturado cotas - Geração própria	(1.270)	(1.320)
Transações com energia na CCEE	508	599
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (1)	155	9.606
Suprimento bruto de energia elétrica (a)	54.355	53.057
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(6.861)	(6.658)
	47.494	46.399

(1) Trata-se de restituição a concessionárias que foi realizada em 2024.

(a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Nº de consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Fornecimento Industrial	-	4	-	44.057	17.626	16.813
Fornecimento não faturado - Industrial	-	-	-	-	1.181	1.414
Suprimento cotas - Geração própria	-	76	-	118.847	36.155	25.945
Suprimento não faturado cotas - Geração própria	-	-	-	-	(1.270)	(1.320)
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	508	599
Outras receitas	-	-	-	-	155	9.606
Total	-	80	-	162.904	54.355	53.057

1) Inclui contratos de vendas no ACR às distribuidoras e vendas no ACL às comercializadoras.

(1) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2024	2023
Tributos sobre a receita		
ICMS	3.197	3.083
Cofins	1.695	1.590
PIS/Pasep	367	344
	5.259	5.017
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	133	127
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	189	162
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	95	81
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	144	55
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	984	1.181
CDE sobre P&D	57	35
	1.602	1.641
Total	6.861	6.658

13. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS

	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda	633	44
Encargos de uso da rede de distribuição (1)	311	1.004
Total (2)	944	1.048

(1) Encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

(b) Em 2024, Camargos teve mais exposições no balanço de energia, ficando com mais déficits liquidados ao PLD. O efeito está sendo contabilizado como compra na CCEE para repor estas exposições.

14. CUSTOS GERENCIÁVEIS

	2024	2023
Pessoal e administradores (a)	743	719
Materiais	183	169
Serviços de terceiros (b)	5.746	7.185
Depreciação e amortização	4.251	4.241
Outros custos e despesas operacionais líquidos	86	87
	11.009	12.401

a) Pessoal e Administradores

	2024	2023
Pessoal		
Outros		
Convênio de compartilhamento	693	679
	693	679
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	37	36
Participação nos resultados	9	-
Benefícios dos administradores	4	4
	50	40
TOTAL	743	719

b) Serviços de terceiros

	2024	2023
Convênio de compartilhamento - O&M	3.164	3.708
Manutenção, conservação e instalações	887	1.690
Vigilância	210	199
Conservação e limpeza de prédios	385	406
Meio ambiente	823	771
Tecnologia da informação	151	156
Auditoria externa	36	34
Outros	90	221
TOTAL (1)	5.746	7.185

(1)

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	1.776	5.623
Acréscimos moratórios de contas de energia	16	176
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	-	74
Outras receitas financeiras	33	40
	1.825	5.913
Despesas financeiras		
Juros passivo de arrendamento	(24)	(26)
Outras variações monetárias	(49)	(39)
Outras despesas financeiras	(4)	(3)
	(77)	(68)
Resultado financeiro líquido	1.748	5.845

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	54.245	54.245
ICMS ST	(98)	(98)
	54.147	54.147
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.798	1.798
Outras Receitas Financeiras	26	26
Base de cálculo Lucro Presumido	6.156	8.322
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	923	749
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	592	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.515	749
Rendas Aplicações não resgatadas	(23)	(23)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	(6)	(2)
Receita por competência diferida	5.460	5.460
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	437	655
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido, receita por competência	109	59
Amortização custos GSF	(296)	(296)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(24)	(24)
Alíquota	25%	9%
Total	(6)	(3)
Corrente	1.515	749
Diferido	97	54

	2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	43.357	43.357
ICMS ST	(93)	(93)
Percentual de Presunção	8%	12%
	3.469	5.203
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	6.817	6.817
Outras Receitas Financeiras	186	186
Base de cálculo Lucro Presumido	10.464	12.194
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	1.570	1.098
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	1.022	0
IR e CS - Lucro Presumido	2.592	1.098
Rendas de aplicações	5.623	5.623
Rendas de aplicações resgatadas	(6.817)	(6.817)
Rendas Aplicações não resgatadas	(1.194)	(1.194)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	(298)	-107
Devolução Suprimento de Cotas	7.420	7.420
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	594	890
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Suprimento de Cotas	148	80
Receita por competência diferida	4.404	4.404
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	352	528
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido -receita por competência	88	48
Amortização custos GSF	(296)	(296)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(24)	(24)
Alíquota	25%	9%
Total	(6)	(3)
Corrente	2.592	1.098
Diferido	(68)	17

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Cemig Distribuição	246	241	-	-	2.924	2.130	(2)	(2)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Encargos de distribuição								
Cemig Distribuição	-	-	26	-	-	-	(311)	(994)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	306	-	-	-	(306)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	133	-	-	-	(331)	(412)
Cemig SIM	-	-	108	-	-	-	(479)	(237)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	772	522	-	-	(3.517)	(3.708)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes

ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Cemig Geração e Transmissão	-	-	20.965	20.532	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$41.930. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes nota explicativa nº 11.

FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Circulante								
Caixa e equivalentes	535	1.534	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.200	3.368	-	-	21	26	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	453	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	37	37
Participação nos resultados	12	9
Previdência privada	4	3
Total (1)	53	49

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores e revendedores		4.381	4.381	4.523	4.523
Investimentos temporários		-	-	(1)	(1)
		4.381	4.381	4.522	4.522
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	536	536	1.653	1.653
Investimentos temporários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	-	-	322	322
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	940	940	2.076	2.076
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	243	243	936	936
Debêntures	2	17	17	34	34
		1.719	1.719	4.987	4.987
		6.100	6.100	9.509	9.509
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores		(3.193)	(3.193)	(1.268)	(1.268)
Passivo de arrendamentos		(308)	(308)	(439)	(439)
		(3.501)	(3.501)	(1.707)	(1.707)

(1) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente

o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apuração de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada

uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	3.193	-	-	-	-	3.193
Arrendamentos	8	8	90	194	98	398
TOTAL	3.201	8	90	194	98	3.591

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela Usina de Camargos. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios da usina, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

19. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		573	-	573	1.678	-	1.678
Investimentos temporários	.2	1.202	(1)	1.201	3.369	(1)	3.368
Consumidores e revendedores		4.381	-	4.381	4.523	-	4.523
Tributos compensáveis		11	-	11	10	-	10
Serviços em curso	21.3	1	(1)	-	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	21.1	-	17.892	17.892	-	17.114	17.114
Outros créditos	21.2	17	2	19	23	1	24
TOTAL DO CIRCULANTE		6.185	17.892	24.077	9.603	17.114	26.717
NÃO CIRCULANTE							
Investimentos temporários		453	-	453	-	-	-
Tributos compensáveis		478	-	478	414	-	414
Ativo financeiro da concessão	21.1	-	140.333	140.333	-	135.606	135.606
Imobilizado		5.334	-	5.334	3.055	-	3.055
Intangível	21.1	87.377	(78.953)	8.424	91.432	(82.713)	8.719
Direito de uso		283	-	283	423	-	423
Outros créditos		63	-	63	96	-	96
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		93.988	61.380	155.368	95.420	52.893	148.313
ATIVO TOTAL		100.173	79.272	179.445	105.023	70.007	175.030

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Fornecedores		3.193	-	3.193	1.268	-	1.268
Encargos setoriais		275	-	275	527	-	527
Imposto de renda e contribuição social a recolher		306	-	306	1.239	-	1.239
Impostos, taxas e contribuições		630	-	630	534	-	534
Dividendos		20.965	-	20.965	20.532	-	20.532
Convênio de compartilhamento		241	-	241	306	-	306
Passivo de arrendamentos		94	-	94	96	-	96
Outros passivos circulantes		-	-	-	23	-	23
TOTAL DO CIRCULANTE		25.704	-	25.704	24.525	-	24.525
NÃO CIRCULANTE							
Encargos setoriais		578	-	578	59	-	59
Impostos, taxas e contribuições		1.325	-	1.325	1.114	-	1.114
Imposto de renda e contribuição social		1.268	-	1.268	1.117	-	1.117
Passivo de arrendamentos		214	-	214	343	-	343
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		-	-	-	155	-	155
Outros Passivos		-	-	-	3	-	3
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.385	-	3.385	2.791	-	2.791
TOTAL DO PASSIVO		29.089	-	29.089	27.316	-	27.316
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		113.499	-	113.499	113.499	-	113.499
Reservas de lucros	19.1	-	36.857	36.857	-	34.215	34.215
Prejuízos acumulados	19.1	(42.415)	42.415	-	(35.792)	35.792	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.084	79.272	150.356	77.707	70.007	147.714
PASSIVO TOTAL		100.173	79.272	179.445	105.023	70.007	175.030

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA		54.355	5.505	59.860	53.057	4.309	57.366
Fornecimento Industrial		17.626	-	17.626	16.813	-	16.813
Fornecimento não Faturado Industrial		1.181	-	1.181	1.414	-	1.414
Suprimento Cotas - Geração própria		36.155	-	36.155	25.945	-	25.945
Suprimento não faturado - Cotas - Geração própria		(1.270)	-	(1.270)	(1.320)	-	(1.320)
Transações com Energia na CCEE		508	-	508	599	-	599
Amortização do ativo financeiro	19.1	-	(18.415)	(18.415)	-	(17.757)	(17.757)
Atualização do ativo financeiro	19.1	-	23.920	23.920	-	22.066	22.066
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		155	-	155	9.606	-	9.606
TRIBUTOS		(5.259)	-	(5.259)	(5.017)	-	(5.017)
PIS/Pasep		(367)	-	(367)	(344)	-	(344)
Cofins		(1.695)	-	(1.695)	(1.590)	-	(1.590)
ICMS		(3.197)	-	(3.197)	(3.083)	-	(3.083)
ENCARGOS		(1.602)	-	(1.602)	(1.641)	-	(1.641)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(133)	-	(133)	(127)	-	(127)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		(189)	-	(189)	(162)	-	(162)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE		(95)	-	(95)	(81)	-	(81)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(144)	-	(144)	(55)	-	(55)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(984)	-	(984)	(1.181)	-	(1.181)
CDE sobre P&D		(57)	-	(57)	(35)	-	(35)
RECEITA LÍQUIDA		47.494	5.505	52.999	46.399	4.309	50.708
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS		(944)	-	(944)	(1.048)	-	(1.048)
Encargos de uso da rede de distribuição		(311)	-	(311)	(1.004)	-	(1.004)
Energia elétrica comprada para revenda		(633)	-	(633)	(44)	-	(44)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		46.550	5.505	52.055	45.351	4.309	49.660
CUSTOS GERENCIÁVEIS		(11.009)	3.760	(7.249)	(12.401)	3.760	(8.641)
Pessoal e administradores		(743)	-	(743)	(719)	-	(719)
Materiais		(183)	-	(183)	(169)	-	(169)
Serviços de terceiros		(5.746)	-	(5.746)	(7.185)	-	(7.185)
Depreciação e amortização	19.1	(4.168)	3.760	(408)	(4.173)	3.760	(413)
Amortização direito de uso	19.4	(83)	-	(83)	(68)	-	(68)
Outros custos operacionais	19.4	(86)	-	(86)	(87)	-	(87)
RESULTADO DA ATIVIDADE		35.541	9.265	44.806	32.950	8.069	41.019
Resultado financeiro		1.748	-	1.748	5.845	-	5.845
Receitas financeiras		1.825	-	1.825	5.913	-	5.913
Despesas financeiras	19.4	(77)	-	(77)	(68)	-	(68)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		37.289	9.265	46.554	38.795	8.069	46.864
Despesa com tributos sobre o lucro	19.4	(2.415)	-	(2.415)	(3.639)	-	(3.639)
Resultado líquido		34.874	9.265	44.139	35.156	8.069	43.225

d) Conciliação do resultado societário e regulatório

	2024	2023
Patrimônio líquido societário	150.356	147.714
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga – Ajuste aporte de acionistas	(3.356)	(3.356)
Bonificação pela outorga – Ajuste resultado	(75.915)	(66.650)
Operações de arrendamento mercantil	(1)	(1)
Patrimônio líquido regulatório	71.084	77.707

e) Conciliação do resultado societário e regulatório

	2024	2023
Lucro líquido societário	44.139	43.225
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga	(5.505)	(4.309)
Amortização - Ativo intangível	(3.760)	(3.760)
Total dos ajustes de práticas contábeis	(9.265)	(8.069)
Lucro líquido regulatório	34.874	35.156

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço e da demonstração de resultado.

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

19.1. Bonificação pela outorga

Na contabilidade societária, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão, registrados como Atualização do Ativo Financeiro. Os valores recebidos são reconhecidos como Amortização do Ativo Financeiro constituído.

Na contabilidade regulatória, a bonificação pela outorga foi reconhecida como um ativo intangível, a ser amortizado durante o período da concessão. Os valores recebidos são reconhecidos como receita.

O valor do aporte dos acionistas apresentou diferença entre os valores societários e regulatórios em função das diferenças de critérios contábeis relacionados a bonificação de outorga, no período de janeiro a maio de 2016, registrados originalmente nas demonstrações financeiras da Controladora. Tais diferenças geraram redução no patrimônio líquido na contabilidade regulatória, e o valor líquido deste impacto está devidamente demonstrado na DMPL.

19.2. Investimentos temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em fundos vinculados.

19.3. Serviços em curso - Serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.86 e 7.2.87 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária esses valores são compensados com o passivo e apresentados pelo líquido em encargos setoriais, considerando a sua expectativa de realização.

* * * * *

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC- MG – 121.569/O-7

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 30 de junho 2025

Outorgada: Cemig Geração Camargos S.A.

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo
Diretor- Presidente

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e Relações com
Investidores

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Phillipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador- CRC-MG-121.569/O-7

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.